

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Nos últimos tempos tem vindo a público, um conjunto de notícias que refletem as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde primários dos utentes às unidades de saúde, nomeadamente aos centros de saúde, no concelho de Sintra.

É por todos reconhecido, o esforço realizado pela Câmara Municipal de Sintra, com o objetivo de existir no concelho de Sintra melhores unidades de saúde e que estas possam permitir uma melhor prestação de cuidados de saúde aos seus utentes. A título de exemplo, é justo referir que nos últimos anos foram construídas novas unidades de saúde em: Aqualva, Algueirão-Mem Martins, Almargem do Bispo, Queluz e Sintra, encontrando-se ainda em construção a ampliação da unidade de Colares e protocoladas a construção da nova unidade de Belas e Rio de Mouro. Para além disto, acresce ainda a construção, em curso, de uma unidade hospitalar, a 1ª a ser promovida e paga, a sua construção, por uma câmara municipal.

Com estes avanços na melhoria destes equipamentos de saúde, era expectável pelos utentes e pelos dirigentes municipais que existisse uma melhoria substancial no acesso e no atendimento aos utentes daquele concelho.

Sabemos que Portugal padece de uma falta crónica de recursos humanos na área da saúde, nomeadamente de médicos. No entanto, o que temos assistido recentemente nos centros de saúde de Algueirão-Mem Martins, de Aqualva e do Cacem, não é de todo razoável.

Utentes que têm de se deslocar de madrugada, uma vez por mês para tentar agendar uma consulta, filas intermináveis de utentes que ali esperam, para poder requerer a renovação de receitas ou para solicitar esclarecimentos sobre qualquer outro tipo de assunto.

Alguns destes utentes tinham anteriormente já realizado um contacto através da linha SNS24, não conseguido, no entanto, ver esclarecidas por aquele meio, as suas necessidades. Além disso, é-lhes sugerido a deslocação, presencial ao seu centro de saúde. Impossibilitados de aceder a informação que carecem através do telefone, via centro de saúde, impossibilitados de aceder à informação que pretendem, através da linha SNS24, nem de outras plataformas web, apenas lhes resta ir presencialmente ao centro de saúde. Seja para fazer o que seja. Só deste

modo se explicam as imagens que todos nós conhecemos, de centenas e centenas de pessoas que se deslocam ao seu centro de saúde pela madrugada, ao frio e à chuva, muitas vezes para fazer uma pergunta simples, para requerer o agendamento de uma consulta, solicitar uma receita ou a renovação de um atestado médico. Tem de existir outro modo de os utentes acederem à informação que desejam.

Apesar de todas as dificuldades, este cenário de filas e filas não existe em todos os centros de saúde, o que pode revelar que, para além das carências de recursos humanos existentes em quase todos aqueles centros de saúde, existe claramente uma deficiência de processos organizativos no seu funcionamento.

Assim, face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, solicitar ao Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, que lhes sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1 - Em face das notícias existentes, em diferentes órgãos de comunicação social, em diferentes centros de saúde e dos depoimentos dos utentes, revelando uma incapacidade absoluta para acederem às informações pretendidas, sem se terem de deslocar presencialmente ao seu centro de saúde, tenciona o Governo alocar mais meios administrativos a este ACES de modo a agilizar todos estes procedimentos?

2 – Tendo em conta ainda o estado atual do combate à pandemia, do processo de vacinação da gripe bem como do processo de vacinação COVID19, como poderá ser disponibilizada a informação necessária aos utentes, para que não se repita o avolumar de pessoas às portas dos centros de saúde?

3 – Que medidas está a ARS-LVT e o ACES Sintra a ponderar implementar de forma a recuperar a atividade assistencial que ficou por realizar neste último ano e meio, facilitando o acesso aos cuidados de saúde primários e a minimizar as dificuldades sentidas pelos utentes deste ACES?

Palácio de São Bento, 5 de novembro de 2021

Deputado(a)s

PAULO MARQUES(PS)

SÉRGIO SOUSA PINTO(PS)

MARIA DA LUZ ROSINHA(PS)

JOÃO MIGUEL NICOLAU(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

PEDRO CEGONHO(PS)

RITA BORGES MADEIRA(PS)

ALEXANDRA TAVARES DE MOURA(PS)

EDITE ESTRELA(PS)

Deputado(a)s

FERNANDO ANASTÁCIO(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

MIGUEL MATOS(PS)

VERA BRAZ(PS)